

Queila Pahim da Silva  
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos org.

# EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INCLUSÃO, PESQUISA, ENSINO E AÇÃO

**Queila Pahim da Silva**  
**Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos**  
Organizadoras

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:  
INCLUSÃO, PESQUISA, ENSINO E AÇÃO**



Pantanal Editora

2021

Copyright® Pantanal Editora  
Copyright do Texto® 2021 Os Autores  
Copyright da Edição® 2021 Pantanal Editora  
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo  
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera  
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora

Edição de Arte: A editora. Imagens de capa e contra-capa: Canva.com

Revisão: O(s) autor(es), organizador(es) e a editora

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – UFESSPA
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Me. Ernane Rosa Martins – IFG
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza – UFF
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandris Argentel-Martínez – Tec-NM (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann – UFJF
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos – FAQ
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Dra. Patrícia Maurer

- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos – IFB
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

#### Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

#### Ficha Catalográfica

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>Educação profissional e tecnológica [livro eletrônico] : inclusão, pesquisa, ensino e ação / Organizadoras Queila Pahim da Silva, Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos. – Nova Xavantina, MT: Pantanal Editora, 2021. 92p.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            ISBN 978-65-88319-56-7            DOI <a href="https://doi.org/10.46420/9786588319567">https://doi.org/10.46420/9786588319567</a></p> <p>1. Ensino técnico. 2. Ensino profissional. 3. Prática de ensino. I. Silva, Queila Pahim da. II. Santos, Sylvana Karla da Silva de Lemos.  <span style="float: right;">CDD 373.246</span></p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.



#### **Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>; [contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne trabalhos de professores e estudantes de instituições de educação profissional e tecnológica, modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que tem por finalidade prover o direito de educação e de profissionalização ao cidadão, ao prepará-lo para a atuação profissional e para vida em sociedade.

O primeiro capítulo, de autoria de Diego Melo e Raquel Lage Tuma, trata do mapeamento da Educação Profissional Técnica de nível médio e Tecnológica na área de eventos oferecidos em instituições de ensino regulares que são cadastradas no Ministério da Educação. Os resultados apontam que, apesar dos cursos técnicos serem ofertados em todo território nacional, com única exceção no estado do Acre, apenas 6,16% representam cursos técnicos em Eventos.

No segundo capítulo, o autor Venâncio Francisco de Souza Júnior, traz um panorama da constituição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e das políticas públicas relacionadas ao ingresso nas instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil através deste Exame. Conclui que as provas padronizadas de larga escala utilizadas em nosso país têm mais contribuído do que prejudicado a educação como um todo, mas o significativo direcionamento para a realização e aprovação em tais provas, traz o empobrecimento do ensino, já que o currículo fica demasiadamente fixado nos objetivos propostos pelos exames.

No capítulo seguinte, Elizângela dos Santos Alves da Silva e Queila Pahim da Silva, embasadas nos estudos sobre as crenças e emoções no processo de ensino aprendizagem de línguas, apresentam o relato de escolarização de um aprendiz autista em língua inglesa, em um curso técnico profissional de uma instituição pública de educação da capital federal do Brasil, Brasília.

No quarto capítulo, José Wagner Marques Raulino e Paulo José Leite Farias analisam se o gasto previdenciário brasileiro está comprometendo as sustentabilidades orçamentária e fiscal, o que reflete nos investimentos, dentre outras áreas, da educação profissional e tecnológica.

O quinto capítulo traz o relato de uma experiência bem sucedida das autoras Vanessa de Assis Araujo e Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos, para integração de duas componentes curriculares - Língua Inglesa I e Redes de Computadores - no curso técnico de ensino médio integrado em informática do Instituto Federal de Educação de Brasília.

E no sexto e último capítulo, Katia Guimarães Sousa Palomo mostra a importância da adaptação curricular para a inclusão de estudantes com deficiência, por meio do relato de vida de um aluno com deficiência intelectual em um curso superior de tecnologia de uma instituição federal.

Esperamos que os diferentes enfoques, compartilhados pelos autores e pelas autoras desta obra, possam contribuir com mais discussões no contexto da Educação Profissional e Tecnológica e nos diferentes âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão.

**Queila Pahim da Silva**  
**Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo I.....</b>	<b>6</b>
Mapeamento da educação profissional técnica de nível médio e tecnológica em eventos .....	6
<b>Capítulo II .....</b>	<b>16</b>
As provas padronizadas e as políticas públicas nacionais: uma crítica a partir do ENEM.....	16
<b>Capítulo III.....</b>	<b>24</b>
Relato de escolarização de um aluno autista na educação profissional: associação das crenças e emoções no ensino .....	24
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>36</b>
Sustentabilidade do gasto previdenciário: realidade ou mito e implicações na educação profissional e tecnológica .....	36
<b>Capítulo V.....</b>	<b>60</b>
Integração no processo de ensino e aprendizagem: relato de experiência na formação técnica.....	60
<b>Capítulo VI .....</b>	<b>74</b>
A adaptação curricular como prática de equidade educacional no ensino superior .....	74
<b>Índice Remissivo .....</b>	<b>91</b>
<b>Sobre as Organizadoras.....</b>	<b>92</b>

## A adaptação curricular como prática de equidade educacional no ensino superior

Recebido em: 15/03/2021

Aceito em: 18/03/2021

 10.46420/9786588319567cap6

Katia Guimarães Sousa Palomo<sup>1\*</sup> 

### INTRODUÇÃO

A melhoria da condição de vida e do bem-estar dos seres humanos são, em grande parte, decorrentes de estudos e descobertas científicas presentes no nosso cotidiano. Comumente nos deparamos com novas tecnologias que facilitam a execução de atividades manuais e intelectuais, contribuindo para a melhoria ou o desenvolvimento de novas capacidades.

Para Guenther (2006), a capacidade humana é um conjunto de atributos e habilidades desejados socialmente. Estar apto ao mercado de trabalho, por exemplo, implica que a sociedade, em suas dimensões culturais, históricas e tecnológicas, valorize ou não certos atributos. Desde as fases iniciais da vida até a final, é necessário que as capacidades e os talentos sejam desenvolvidos, adequando-os às características de cada fase do viver.

Segundo Guenther (2006), na vida adulta, a ênfase reside no desenvolvimento das capacidades relacionadas ao mundo do trabalho e da produtividade. A competitividade também é uma característica deste ambiente, pois desde o acesso à ocupação profissional existe uma “batalha” pelas vagas disponíveis no mercado de trabalho. Os critérios de seleção perpassam não apenas pelas características subjetivas, mas, principalmente, por capacidades parametrizadas de candidatos, como experiências anteriores e titulação.

Não é incomum, portanto, o desconhecimento das capacidades e potencialidades de um indivíduo, seja pelo próprio indivíduo ou pelo outro. Nesse cenário composto de capacidades a serem desenvolvidas, de competitividade, de valores norteadores do bem-estar individual e coletivo, se apresentam também as pessoas com deficiências (PcDs). A inclusão de PcDs no mercado de trabalho é crescente e desafiadora. A legislação brasileira — Lei das Cotas no. 8.213/1991 — reconhece a importância desta inclusão ao obrigar as organizações do setor privado a destinarem de 2% a 5% das vagas disponíveis para pessoas com

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

\* Autora correspondente: [katia.palomo@ifb.edu.br](mailto:katia.palomo@ifb.edu.br)

deficiência. No setor público, o percentual é de 5% a 20% das vagas, estipulado pela Lei no. 8112/1990 e fixado pelo Decreto no. 3.298/1999.

Qualquer inclusão de pessoas com deficiência (PcDs) no mundo do trabalho implica em adaptações na infraestrutura, no ambiente organizacional e nas atividades do trabalho. No entanto, a visão social míope sobre as limitações humanas impossibilita, muitas vezes, a percepção das habilidades e atributos que um indivíduo com deficiência pode incorporar ou desenvolver. A destreza de um estudante surdo ao fazer a leitura labial, por exemplo, é improvável de se identificar em estudantes ouvintes. Sob o conceito da medicina categorizadora da Classificação Internacional de Doenças - CID é que pessoas são identificadas como deficientes. No entanto, este prisma desconsidera que todos os indivíduos possuem limitações, mas, principalmente, possuem habilidades e potencialidades. O que deve importar, numa visão humanística, é o ser, suas peculiaridades, sem qualquer espécie de segregação física ou social por causa de suas diferenças.

A educação apresenta-se, então, como um agente impulsionador do desenvolvimento das capacidades humanas e norteador dos valores aceitáveis como adequados numa sociedade. O ambiente educacional viabiliza o encontro com o outro, as interações, a humanização das relações, experiências, reconhecimento das singularidades, o diálogo respeitoso e a ética da alteridade.

As instituições educacionais devem atuar de modo a maximizar o desenvolvimento das capacidades e dos talentos humanos, direcionando-os aos valores construtivos. Esta atuação propicia o respeito, a harmonia e o bem-estar coletivo, independentemente das rotulagens sociais que evidenciam as diferenças entre os indivíduos.

No Brasil, o acesso de pessoas com deficiência em cursos superiores cresceu 237% (2009 - 2019) segundo o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020). Entretanto, em 2019, este número representava, segundo dados do INEP (2020), somente 0,56% do total de estudantes universitários do país. Considerando que cerca de 25% da população nacional possui algum tipo de deficiência (IBGE, 2010), torna-se evidente a discrepância decorrente da falta de equidade educacional. Em face deste cenário, as instituições de ensino superior são intimadas a possuírem políticas e práticas legitimadas, ambas pautadas pelo sério compromisso da inclusão e da equidade educacionais. É preciso garantir o respeito aos direitos dos estudantes com deficiência através de políticas, normas e práticas voltadas para a inclusão. Incluir pressupõe respeitar os normativos, inclusive aqueles que evidenciam a flexibilização em face das singularidades de cada demandante.

Nesse sentido, Fonseca et al. (2010) destacam que a adequação às necessidades dos indivíduos é preponderante para capacitá-los ao exercício pleno da cidadania. Em um cenário institucional, com normas, regulamentos e procedimentos formalizados, por vezes, as demandas que requerem flexibilização ou adaptação, não são acolhidas. É habitual nos depararmos com estudantes com deficiência lutando por

direitos legitimados, a exemplo da adaptação curricular, como via para permanência e conclusão de curso superior.

Tais contextos possibilitam a construção do seguinte questionamento: Adaptação curricular, para um estudante com deficiência intelectual, pode ser compreendida como uma medida de equidade educacional, no ensino superior? O presente ensaio pretende, inicialmente, subsidiar reflexões sobre os enfrentamentos acerca do direito à adaptação curricular e os desafios inerentes ao processo de inclusão. Além do mais, busca contribuir para o repensar dos estudantes com deficiência como sujeitos de suas próprias histórias e conquistas.

A princípio, a metodologia utilizada possui um viés descritivo. Ela apresenta uma demanda por adaptação curricular de estudante com deficiência intelectual em curso superior em tecnologia, numa instituição federal. Possui também um viés exploratório tendo como instrumentos de levantamento de dados e de análise, estudos bibliométricos aplicados em bases documentais. A pesquisa bibliométrica realizada elenca alguns fatores que influenciam a temática da adaptação curricular como uma prática para a construção da equidade educacional.

## **CAPACIDADE E INVISIBILIDADE**

Numa perspectiva foucaultiana, o corpo é o principal ator de todos os seus fantasmas, sendo também no espelho que o indivíduo o reconhece como uma clausura. Ele é entendido como um limitador das utopias humanas e líquido à medida que se desfaz. No entanto, as ações e ideais humanos é que permitem a sua eternização. Assim, ainda que um corpo seja socialmente categorizado como perfeito, a sua existência torna-se irrelevante ante às heterotopias (Foucault, 2013).

Não é a perfeição ou a juventude expressada por um corpo físico que irá fazê-lo refluir sobre si, mas a sua ilimitada utopia, que lhe permite acreditar e agir. Assim, não há sentido em se categorizar os indivíduos como perfeitos ou imperfeitos, pois tudo que se vê é fluído e incorpóreo. A essência do ser está numa estrutura considerada utópica, cuja perpetuidade de virtudes, ações, capacidades devem ser visíveis aos olhos dos outros, mesmo com a evidência de sua imperfeição física. Na realidade social brasileira, este modo de pensar é cultural e historicamente diverso, pois um corpo limitado tende a ser considerado imperfeito, transformando-o em um ser invisível na sociedade.

Essa invisibilidade é quebrada a cada momento em que um indivíduo questiona tais nomenclaturas, incomoda o padrão social convencionado, apresentando os seus sonhos e impondo os seus direitos. O processo de inclusão escolar deve considerar as peculiaridades e singularidades das deficiências de cada estudante, tendo os seus interesses e as suas características individuais respeitados. Não se trata apenas de uma aceitação social na comunidade, mas do ensinar os conteúdos e práticas necessárias para a formação curricular, respeitando o ritmo e estilo de aprendizagem individual.

É indispensável às instituições de ensino, maior dedicação de tempo e investimento para o ingresso e a permanência de estudantes com deficiência. Alguns fatores são primordiais para a formação e capacitação dos discentes: disponibilização de recursos diversificados e as estratégias de ensino direcionadas às singularidades dos indivíduos. Sob o aspecto humano, o investimento em profissionais de apoio e a dedicação dos profissionais envolvidos oportunizam desafios e conquistas construídas de forma coletiva. Quando um estudante possui uma deficiência intelectual, maior é a demanda por um currículo adaptado, combinado com ações minuciosamente definidas para oportunizar a efetiva aprendizagem.

Tais esforços, investimentos e adaptações são fundamentais para que estudantes com deficiência possam ser participantes ativos numa sociedade. No entanto, não é raro encontrarmos posicionamentos descompromissados e pessimistas quanto à entrada e permanência de estudantes com deficiência em instituições de ensino.

Numa dimensão de aprendizagem, a deficiência intelectual se evidencia na dificuldade de abstração. No entanto, considerando a potencialidade humana ilimitada, há sempre espaço para o desenvolvimento de competências mais complexas ou mais simples. As instituições de ensino superior podem e devem contribuir para a construção do cidadão e do profissional, por meio de uma educação inclusiva.

O ambiente universitário deve ser pensado como mais uma etapa educativa de desenvolvimento e formação do indivíduo (Luque et al, 2006). Por um lado, os estudantes sem deficiência podem acolher as diferenças e singularidades individuais, em um momento do viver mais amadurecido. Num outro aspecto, este ambiente permite aos estudantes com deficiência uma oportunidade de terem suas necessidades educativas supridas, numa área desejada de conhecimentos específicos. Além do contexto social motivador de estar em um ambiente universitário, favorecendo seu nível de autorealização, ter suas necessidades atendidas e obter respostas educacionais acolhedoras, oportunizam ao estudante com deficiência um marco fundamental de desenvolvimento social, afetivo e profissional.

## **A ADAPTAÇÃO CURRICULAR COMO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

O direito à educação possui dois principais marcos: a Constituição Federal e a Declaração de Salamanca. A Constituição Federal Brasileira (1988) assegura às pessoas com deficiência, a educação como um direito (Art. 205). Em seu Art. 208 – III, garante a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 2018).

Na década de 1990, a Declaração de Salamanca norteia a educação inclusiva ao garantir o acesso e a permanência dos cidadãos ao ensino regular, promovendo o avanço da educação especial. Outro aspecto retratado pelo documento era a instituição de que as escolas regulares de ensino fossem acessadas sem qualquer restrição pelas crianças. A educação especial adquire um novo conceito: “necessidades educativas

especiais” e apresenta os seus sujeitos “todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem” (UNESCO, 1994).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) estabelece em seu Art. 58 o serviço de apoio especializado para o atendimento às necessidades dos estudantes da educação especial. Segundo o Art. 59, é ofertada uma certificação de terminalidade específica aos estudantes que não atingirem o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências. Da mesma maneira, esta certificação é disponibilizada aos estudantes superdotados por decorrência da aceleração de seus estudos para a conclusão do programa escolar. Em 2013, o Parecer n.º 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2013) amplia o escopo de utilização da certificação para alunos dos cursos técnicos de nível médio, subsequente ao Ensino Médio, seja na modalidade regularmente oferecida ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Estado brasileiro consolida as orientações para uma escola inclusiva no documento intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) — Adaptações Curriculares — Educação especial (BRASIL, 2003). Objetivando dar o suporte necessário à atuação docente ante às dificuldades de aprendizagem de estudantes, este instrumento permite implantação de medidas de flexibilização e a dinamização do currículo para os estudantes, em três níveis: “no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar); no currículo desenvolvido na sala de aula; no nível individual” (BRASIL, 2003).

A flexibilização curricular garante aos estudantes, com ou sem deficiência, caminhos alternativos para o atendimento das especificidades de aprendizagem de cada estudante, no acesso ao currículo. Diferentemente, a adaptação curricular é o direito exclusivo de estudantes com deficiências que não são capazes de acessar o currículo comum aos demais estudantes em face das limitações impostas pela deficiência. Neste segundo caso, torna-se essencial a construção de um plano individualizado com objetivos e conteúdos que possibilitem a aprendizagem relevante dos estudantes com deficiência.

Para Fonseca et al. (2010), uma escola inclusiva precisa ter um currículo flexível, abarcando as peculiaridades de aprendizagem humanas, sem impedir as adaptações necessárias aos estudantes com deficiência. A flexibilização curricular possibilita ao professor o planejamento e execução de ações, avaliações, sem alteração dos conteúdos inerentes ao currículo. A adaptação curricular, no entanto, demanda uma atuação mais institucionalizada de todos os envolvidos com o processo de mudança curricular, conhecedores da real necessidade do estudante, para que não o prive do direito de ter acesso aos componentes curriculares comuns a todos os estudantes. O Decreto n.º 3.298 de dezembro de 1999 (BRASIL, 2018) dispõe que as instituições de ensino deverão oferecer adaptações aos seus estudantes com deficiência:

**Quadro 1.** Adaptações Curriculares. Fonte: BRASIL (2018).

<i>Adaptações</i>	<i>Decreto nº 3.298 de dezembro de 1999</i>
Tempo adicional para realização das provas	Art. 27
Adaptações de provas	
Incluem nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionadas à pessoa portadora de deficiência.	Art. 27 §2º
Adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;	Art. 29
Capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados; e	
Adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação	

Para Rocha et al. (2009) a adaptação curricular é mencionada como um instrumento relevante para a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. No entanto, dois outros aspectos se destacam: a necessidade de uma maior conscientização, interação da comunidade com estes estudantes e a necessidade de estruturação de espaços para o atendimento às necessidades específicas dos estudantes, com apoio psicopedagógico.

No âmbito universitário a adaptação curricular precisa ser capaz transformar-se em um mecanismo de acessibilidade e nivelamento (Luque-Parra et al., 2014). Tal mecanismo deve possuir estratégias de diferentes abordagens e respostas capazes de suprir as demandas reais e individuais de um aluno com deficiência e, sob a ótica docente, de orientar o planejamento e a atuação para o melhor ensinar.

**Quadro 2.** Adaptação curricular na universidade. Fonte: Luque-Parra et al. (2014).

<b>Implica em:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de estudantes com deficiências.</li> <li>• Treinamento do pessoal docente e do pessoal de Administração e Serviços em deficiência.</li> <li>• Atitude favorável e reflexiva em relação aos estudantes com necessidades especiais.</li> <li>• Avaliação psicopedagógica e avaliação individual de suas necessidades.</li> <li>• Serviço de apoio ao estudante: avaliação, aconselhamento e informação sobre deficiência.</li> </ul>
<b>Não implica em:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menos consideração pelo aprendizado do aluno, nem um nível inferior de ensino do professor e da área.</li> <li>• Menor nível de demanda, nem supressão de conteúdos, nem eliminação de objetivos.</li> </ul>

Em suma, na busca por formar profissionais, as instituições superiores devem propor planos de estudos adaptados à formação e aquisição de conhecimentos e habilidades específicas para cada perfil de

estudante com deficiência. Tais atitudes oportunizam aos estudantes o efetivo direito à inclusão educacional, pois propõem um sistema educacional sensível e estruturado às necessidades dos estudantes, com desenhos adequados ao desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo.

É necessário evidenciar que não há inclusão educacional quando um currículo é empobrecido para justificar a finalização de uma etapa escolar ou acadêmica. Da mesma forma, não há inclusão escolar quando os direitos à educação de qualidade são minimizados, seja por decorrência de falta de recursos humanos, físicos ou instrucionais, seja por falta de compromisso com a formação de um cidadão ativo na sociedade.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Os métodos empregados nesta pesquisa caracterizam-se, prioritariamente, como qualitativos no qual se busca compreender fenômenos, aprofundar experiências e destacar os aspectos subjetivos de uma realidade (Hernandez Sampieri et al., 2013).

Buscando compreender se a adaptação curricular contribui como uma prática para a construção da equidade educacional de estudante com deficiência intelectual do ensino superior, o desenho da pesquisa teve como alicerces um estudo de caso sobre o direito à adaptação curricular para uma pessoa com deficiência intelectual, estudante do ensino superior e uma pesquisa em bases bibliográficas.

A descrição do estudo de caso teve como instrumento a “História de vida” deste estudante a partir das falas oriundas de entrevista concedida em divulgação institucional, de relatos e da apresentação de memorial proferidos durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso superior. Foram desenvolvidas análises dos conteúdos apresentados nos relatos oportunizando a criação de um sistema de categorias alicerçadas pela metodologia de Bardin (2016).

A pesquisa documental exploratória foi realizada em bases de dados eletrônicas de periódicos, teses e dissertações evidenciando aspectos acerca do direito à adaptação no contexto das produções acadêmicas, os principais aspectos e fatores apresentados.

As palavras-chaves “adaptação curricular” e “deficiência intelectual” foram pesquisadas nas bases Scopus, SciELO.ORG, ScienceDirect (Elsevier) e Ebscohost disponibilizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

### *História de vida*

Para fins de preservação da identidade, o(a) estudante com deficiência intelectual é aqui identificado(a) como AP. Ademais, as transcrições respeitarão a fala ou escrita tal qual foram registradas, sem a identificação de qualquer inadequação (sic)<sup>2</sup> existente na língua portuguesa.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS — 5, 2014) classifica a deficiência intelectual em quatro níveis de gravidade: desde a deficiência intelectual leve, deficiência intelectual moderada, deficiência intelectual grave, até a deficiência intelectual profunda. A deficiência intelectual, além destes níveis, possui diferentes fatores de dificuldades como aqueles relativos a um juízo social, à dificuldade em lidar com emoções, com relações interpessoais, podendo ser facilmente iludido e tornar-se vítima de abusos. Fica evidenciado que o processo de inclusão e da equidade educacional perpassa pela construção de valores institucionalizados.

No 2º. Semestre de 2014, AP foi aprovado no ENEM para o curso superior de Gestão Pública em instituição federal de ensino, nas vagas reservadas para pessoas com deficiência.

Fiz o ENEM, minha mãe me inscreveu e eu nem sabia. Eu soube quando fui chamada. Eu havia decidido não fazer, porque eu não acreditava que a minha nota daria para passar. Eu achava que eu era incapaz de fazer um curso superior (Entrevista realizada em agosto de 2015).

Ao iniciar o curso, AP relata suas principais dificuldades, para além das limitações de aprendizagem:

Meu primeiro semestre, encontrei muitas barreiras, para mim tudo novo, a instituição. Foi a primeira vez que fico na sala de aula “normal”, sem acompanhamento da minha mãe assistindo aulas junto comigo. nos técnicos. Como (a instituição) não tinham psicopedagoga (quero deixar claro psicopedagoga é diferente que psicóloga, tem muitas pessoas confundem). Nos primeiros semestres que tinham medo aconteceu, ficando três disciplinas que fiquei reprovada. Comecei a fazer e dar início a Psicopedagoga particular e atendimento especializado, além apoio pedagógico que recebi dos meus pais elevando o meu sucesso acadêmico, contribuindo para minha permanência. (AP, Memorial, 2018).

O depoimento evidencia que a instituição, na sua percepção, não ofereceu o apoio necessário para que se pudesse maximizar suas oportunidades de aprendizado. A princípio, o cenário apresentado indica que o estudante foi simplesmente inserido em um ambiente de sala de aula, na condição mais caracteristicamente definida como integração.

Ao ser inviabilizado o direito à inclusão na construção do seu espaço coerente na comunidade, a família recorre à contratação de profissionais com o objetivo de facilitar a assimilação dos conteúdos e o aprendizado.

Outros extratos foram obtidos:

“Não tinha sala de apoio específica”

<sup>2</sup> O termo “sic” refere-se à contração de um termo do latim, “sicut” e significa “assim como é” ou “exatamente dessa forma”. Se coloca entre parênteses, após uma palavra ou citação, para indicar que são autênticas, embora erradas ou estranhas.

“Fazer provas dissertativas preocupada com erros de português e também insegura da escrita.”

“(…)se professor passar atividades e exercícios do novo conteúdo, ainda não vou compreender de imediato”

“Agora se for atividades dos conteúdos passando em sala de aula, estudei em casa com marcação marca texto e canetas coloridas, fazer fichamento nas fichas e mapa mental, vou conseguir compreender imediatamente o que aquele exercício está sendo solicitado.”

“E a carência de aplicação de políticas públicas – falta psicopedagoga no (instituto).”

“Dificuldade para apresentar trabalho para turma pois não soube comunicar e ensinar o que aprendi”

Nestes pequenos extratos estão evidenciados a inexistência de apoio e adaptação curricular, a nível da prática docente. Tal situação potencializa o sentimento de exclusão do indivíduo, pois nem as ações institucionais, nem as atitudes dos educadores corroboraram para a construção do processo de inclusão educacional. A inclusão institucional fica limitada às ações individuais dos colegas e membros da comunidade que se sensibilizam com a situação.

Tanto os colegas de turma e fora da turma, quantos aos estudantes em geral (...), contribuíram sim a inclusão que foi contínuo e me senti de fato incluído no sistema de ensino, (porque a faculdade é primeira vez faço amizade, antigamente não consegui amizade), tive apoio nos trabalhos individuais, trabalhos em grupos, estudava para provas e conteúdo de aula juntos, se percebiam que não entendi os conteúdos e tenho dificuldades alguns exercícios em sala de aulas, eles paravam para explicar modo mais fácil, usando em cima dos meus métodos e estratégias de estudos (tinham conhecimento dos meus métodos e estratégias). Até eu compreender os conteúdos das disciplinas e os exercícios está sendo solicitado. Este processo foi dentro e fora de sala de aula, pelo WhatsApp. (AP, Memorial, 2018)

No decorrer do curso percebi eu mesmo tenho fazer inclusão, aprendi acreditar mim mesmo e que sou capaz, consigo fazer as diferenças na minha vida, tornei mais produtivas, ainda estou trilhando caminhos para realização profissional que não fiquei apenas nos sonhos (AP, março 2018).

A perspectiva crítica de uma reconstrução de si mesma, em busca do ser mais, possibilita o rompimento de uma situação de não acolhimento aqui superada. Este relato, é o exercício proposto por Freire (1987) em sua pedagogia do oprimido: “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”

Vou dar um exemplo, que aconteceu também aqui no IFB: professor ou educador vai descobrir tem uns estudantes deficiência na sala de aula, então aquele educador, docente primeiro vai saber o conceito/ ler sobre a deficiência aquele estudante (lendo o decreto nº 3.298/1999), vai fazer estudo de caso em cima aquele estudante deficiência, vai tentar descobrir aquele estudante têm métodos e estratégias para compreende aquele conteúdo. Se estudante não tiver métodos e estratégia, este professor vai procurar junto com estudante, até encontrar um que vai facilitar e mais adaptou para compreende de imediato os conteúdos aquela disciplina. A estudante precisar material de apoio para complementar o material de sala, vai marca plantão de dúvidas e aulas de reforço fora horário de aula. Esta inclusão tem ser contínuo, vai garantir permanência deste estudante no ensino superior. E estudantes sempre lembrar destes professores. Este educador vai encontrar sobre tudo inclusão e material de apoio lendo a Lei nº 13.146/2015, lá explicar tudo e como fazer inclusão, por isso considero esta lei extremamente importante para educadores, docentes, núcleos psicopedagógicos, estudantes(as), pais, todos agentes envolvidos inclusão da

“pessoa com deficiência, assim poder ajudar todas as deficiências, e tem ser inclusão continuo e não por momento” (AP, Memorial, 2018).

Destes relatos foram identificados os seguintes aspectos na análise dos conteúdos:

**Quadro 3.** Categorias iniciais dos relatos e extratos. Fonte: a autora.

CATEGORIAS	1º. Relato	2º. Relato	Extratos	3º. Relato	4º. Relato	%
(-) Descrença pessoal	X X		X			7,5%
(-) Dificuldades de inclusão por inadequação de recursos físicos			X			2,5%
(-) Dificuldades de inclusão por inadequação de recursos humanos			X X		XX	10%
(-) Dificuldades de inclusão por inadequação de recursos instrucionais		X	X			5%
(-) Limitações pessoais	X	X	X X	X X		15%
(-) Limitação de profissionais de apoio		X	X	X		7,5%
(+) Apoio de estudantes				X X X X X		12,5%
(+) Apoio familiar	X	X X				7,5%
(+) Crença pessoal				X X X X	X X X	20%
(+) Estratégias pessoais				X X X	X X X	15%
<b>Total de Incidências</b>						<b>100%</b>

A partir deste mapa categorial, é possível apresentar os principais fatores que impactam no processo de equidade organizacional. Comparativamente ao primeiro relato, o estudante foi conquistando aos poucos a consciência de que para conquistar os seus direitos não poderia contar com a instituição, mas deveria buscar estratégias de adaptação e acolhimento. O processo de construção da autonomia para superação dos entraves e o desenvolvimento das potencialidades foi alcançado, infelizmente mais alicerçado no apoio de estudantes, da família, do que pela instituição educacional.

### ***O Direito à Adaptação Curricular***

Em 05 de agosto de 2017, em reunião de Colegiado do curso superior, a genitora e responsável pelo estudante AP informa aos docentes participantes que após 18 meses, sem nenhum progresso na elaboração das atividades das componentes intituladas Projeto de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, nos moldes demandados a estudantes sem deficiência, vem solicitar adaptação curricular via processo acadêmico, mediante requerimento circunstanciado. Apesar da comprovação, por laudo, da deficiência intelectual, a instituição durante todo este período não elaborou nenhum Plano Individual de Trabalho para o estudante, nem sequer possuía um roteiro que pudesse nortear os membros do Colegiado nesta situação peculiar.

A proposta inicial oferecida pela coordenação pedagógica da instituição de ensino utilizava o estatuto da “Terminalidade Específica” como uma solução para tais “inconvenientes”. A terminalidade específica é um estatuto legitimado pela Lei 9394/1996 que certifica a conclusão de escolaridade com um histórico descritivo das competências do educando (BRASIL, 1996). Trata-se de um fundamento jurídico utilizado inicialmente para o ensino fundamental e que teve autorizada a sua aplicação para a educação profissional técnica de nível médio, por parecer do CNE/CEB No. 2/2013 (IFB, s/d). No entanto, é importante destacar que tal fundamento não se apresenta como estatuto aplicável ao nível do ensino superior e, mesmo que inadvertidamente fosse aplicado, a própria lei é clara ao afirmar que as instituições deverão esgotar todas as possibilidades de adaptação necessárias à aprendizagem antes da sua utilização, em face da importância de se garantir o alcance das competências desenvolvidas pelo educando.

Evidencia-se que os valores de inclusão devem permear as decisões, respeitando as normativas e buscando utilizar a flexibilidade para a transformação efetiva do processo de inclusão e equidade educacional, correndo o risco de utilizar medidas simplistas para uma pseudoinclusão. Ademais, a “terminalidade específica” limitaria o estudante ao recebimento de um certificado reconhecendo 95% das competências adquiridas durante o curso. Em face da pendência exclusiva nas componentes denominadas Projeto de Pesquisa (PPQ) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), acrescentada à inexistência de adaptação curricular prevista, a titulação de Tecnólogo em Gestão Pública não seria conquistada. Ao final do processo, foi aprovada a criação de um instrumento pelo Núcleo Docente Estruturante do curso, mesmo sob resistência minoritária de docentes alegando que o direito à inclusão é um privilégio e uma benesse.

Tal cenário é retratado por Xiberras (1993) ao pontuar que a exclusão, construída a partir da marginalização profissional do indivíduo, tem a empregabilidade inviabilizada. No caso em tela, esta marginalização se dá por decorrência da perda do direito à titulação do curso. A importância da titulação de uma instituição federal é certamente mais inclusiva para o mercado de trabalho do que uma certificação. Trata-se, portanto, de uma exclusão induzida, por consequência, que imporá novos vetores de exclusão e insucesso social. “Ora, a acumulação de insucessos, ou a acumulação de deficiências, torna-se, contrariamente, uma causa certa de exclusão social” (Xiberras, 1993).

### ***Pesquisa Bibliométrica***

Em pesquisa utilizando as palavras-chaves “deficiência intelectual” e “adaptação curricular” nas bases Scopus, SciELO.ORG, ScienceDirect (Elsevier) e Ebscohost no Portal de Periódico Capes, foram apresentados 27 artigos. Como um critério de qualificação foi adicionado um filtro de delimitação dos artigos submetidos a periódicos que tiveram revisão por pares. Este é um dos critérios comumente utilizados para a avaliação da qualidade dos periódicos QUALIS/CAPES, restando 07 artigos para análise.

Posteriormente, aplicou-se novo filtro para limitação de artigos na área da Educação, com ênfase na adaptação curricular no ensino superior, restando 01 artigo a ser analisado. Em busca no banco de Teses e Dissertações foram encontrados 21 (vinte e uma) teses e dissertações, apenas 02 (duas) dentre elas, tratam especificamente das temáticas abordadas, no contexto do ensino superior.

**Tabela 1.** Pesquisa em Fontes. Fonte: a autora.

Fontes	Resultado Inicial	Após 1º. Filtro (Revisão por pares)	Após 2º. Filtro (Área da Educação no Ensino Superior)
Portal de Periódico Capes	27 artigos	07 artigos	01 artigo
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	21 produções	-	01 tese 01 dissertação

Numa busca mais criteriosa, os artigos científicos, as teses e as dissertações foram analisadas a partir de possíveis associações com a temática abordada.

**Tabela 2.** Artigos de Educação sobre Adaptação Curricular para Pessoas com Deficiência Intelectual. Fonte: Autora.

Título	Ano	Nível de Ensino	Contribui com estudo
A deficiência em foco nos currículos de graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015).	2016	Superior	Não
A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares.	2010	Ensino Regular	Não
A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência	2009	Superior	Sim
Adaptação curricular para estudantes com deficiência intelectual no relato dos professores das escolas estaduais paulistas	2016	Ensino Fundamental	Não
Ensino da matemática a estudantes com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos	2014	Ensino Médio	Não
Estudo analítico do conhecimento do professor a respeito dos distúrbios de aprendizagem.	2013	Ensino Fundamental	Não

Histórico da proposta curricular de Santa Catarina no âmbito das políticas públicas para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (1989-2005)	2015	Ensino Médio	Não
---	------	--------------	-----

**Tabela 3.** Produções na Área de Educação sobre Adaptação Curricular no Ensino Superior - Deficiência intelectual. Fonte: elaboração da autora com base na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações IBICT.

Título	Tipo	Ano	Nível de Ensino	Contribui com estudo
Alfabetização de estudantes com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular	Tese	2013	Ensino Fundamental	Não
Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiência intelectual baseado no coensino em dois municípios	Tese	2014	Ensino Fundamental	Não
Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do coensino	Tese	2014	Ensino Fundamental	Não
Construção de um programa de ensino de pré-requisitos de leitura e escrita para pessoas com deficiência intelectual	Tese	2012	Ensino Fundamental	Não
Escolarização da pessoa com deficiência intelectual: terminalidade específica e expectativas familiares	Tese	2009	Ensino Fundamental	Não
Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva	Tese	2008	Ensino Fundamental	Não
Ingresso e permanência de estudantes com deficiência em universidades públicas brasileiras	Tese	2011	Ensino Superior	Sim
O trabalho de professores de educação especial: análise sobre a profissão docente no estado de São Paulo	Tese	2012	Ensino Fundamental	Não
Olhares docentes sobre a inclusão escolar dos estudantes com deficiência na escola comum	Tese	2012	Ensino Fundamental	Não
Adequações curriculares na área da deficiência intelectual : análise de uma realidade	Dissertação	2012	Ensino Fundamental	Não
Análise das políticas públicas da educação inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares para estudantes com deficiência	Dissertação	2015	Ensino Fundamental	Não

intelectual na escola pública no município de Macapá-AP				
Análise de demandas decorrentes da educação inclusiva e das possibilidades de atuação do psicólogo escolar	Dissertação	2012	Ensino Fundamental	Não
Deficiência intelectual e adaptação curricular sob o olhar de teses e dissertações.	Dissertação	2015	Ensino Superior	Sim
Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar.	Dissertação	2012	Ensino Fundamental	Não
Ensino colaborativo na educação infantil para favorecer o desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.	Dissertação	2016	Ensino Fundamental	Não
Estudantes com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos: interfaces do processo de escolarização.	Dissertação	2014	Ensino Fundamental	Não
Inclusão escolar na pré-escola: o acesso ao currículo.	Dissertação	2008	Ensino Fundamental	Não
O papel do professor de educação especial na proposta do coensino.	Dissertação	2014	Ensino Fundamental	Não
Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.	Dissertação	2012	Ensino Fundamental	Não
Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha.	Dissertação	2010	Ensino Fundamental	Não
Prática pedagógica aos educandos com deficiência intelectual numa escola de ensino fundamental com alto IDEB.	Dissertação	2015	Ensino Fundamental	Não

Em linhas gerais, pode-se constatar que existem poucas pesquisas e produções acadêmicas nacionais que apresentam evidências acerca da combinação entre os temas adaptação curricular e deficiência intelectual, no âmbito do ensino superior.

A contribuições colhidas nas produções cujas características contribuem para este ensaio evidenciam que a adaptação curricular para estudantes com deficiência intelectual, no âmbito das instituições de ensino superior está, na maioria dos casos, restrita à responsabilidade dos docentes que

atuam diretamente com tais estudantes. A formação do cidadão e profissional com deficiência intelectual depende de uma equipe qualificada, dedicada e fiel à crença de que todo estudante é capaz de aprender.

As produções evidenciam que professores, ao relatarem acerca da aplicação do mecanismo de adaptação curricular, estão, na realidade, aplicando a simplificação do currículo, por meio da simplificação dos objetivos e dos conteúdos, com atividades repetitivas.

## **ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS**

A adaptação curricular precisa ser encarada como uma prática cotidiana e necessária para a realização e a efetividade do direito à uma educação inclusiva. A adequação de um currículo à realidade dos estudantes com deficiência intelectual é um desafio conjunto a ser trabalhado nas instituições de ensino. No ensino superior, a adaptação deve compor os planos pedagógicos dos cursos, como forma de oportunizar aos estudantes com deficiência uma formação cidadã e profissional. Para tanto, é preponderante que os docentes e demais profissionais envolvidos reconheçam a importância do acolhimento e adaptação das estratégias de ensino em prol do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes.

O aspecto mais importante a ser levado em conta é a singularidade de cada estudante com deficiência. São as particularidades individuais das pessoas com deficiência que, ao serem compreendidas e consideradas no processo de ensino e aprendizagem, contribuem para a construção de uma educação mais equitativa. Por isso, instituições de ensino, nos mais variados níveis e modalidades, devem se adaptar e proporcionar condições necessárias às especificidades de cada necessidade especial. A construção de estratégias de ensino, a modificação e reestruturando das atividades a serem desenvolvidas devem respeitar e adequar-se às individualidades dos seus estudantes.

O estudo de caso aqui apresentado coaduna com uma realidade dos sujeitos da maior parte dos artigos e trabalhos levantados na pesquisa realizada em bases documentais, ou seja, são reiteradas lutas pelo direito à inclusão e à equidade educacional. A busca por adaptação curricular é uma via que permite a efetiva equidade educacional e profissional, no ensino superior. É certo que as exclusões profissional e social fazem parte do desafio diário das pessoas com deficiência, no entanto o ambiente universitário pode e deve maximizar as potencialidades destes estudantes, tornando-os mais integrados à sociedade, contribuindo para a sua autonomia, independência e autoestima.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL (1996). Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm)>. Acesso em: 23 de março de 2021.

- BRASIL (1996). Lei 9394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 23 de março de 2021.
- BRASIL (2003). Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial.
- BRASIL (1999). Decreto nº 3.298/1999. Planalto - Portal de Legislações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 23 de março de 2021.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 20 de maio 2018.
- CNE (2013). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <<https://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18449-ceb-2013>>. Acesso em: 23 de março de 2021.
- DMS – 5 (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. American Psychiatric Association. Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca KA et al. (2010). Flexibilização e adaptação curricular no processo de inclusão escolar. In: Valle TG et al. Aprendizagem e comportamento humano. São Paulo, SP: Editora UNESP Cultura Acadêmica.
- Foucault M (2013). O corpo utópico, as heterotopias. São Paulo: n-1 Edições.
- Freire P (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Guenther ZC (2006). Desenvolver capacidades e talentos: um conceito de inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hernandez Sampieri R et al. (2013). Metodologia de Pesquisa. Porto Alegre: Penso.
- IBGE. Censo Demográfico (2010). Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19 de março 2021.
- IFB (s/d). Manual de Orientações para adaptações / adequações curriculares e terminalidade específica. Brasília: Instituto Federal de Brasília. IFB (s/d). Manual de Orientações para adaptações / adequações curriculares e terminalidade específica. Brasília: Instituto Federal de Brasília.
- INEP (2020). Censo da Educação Superior 2019. Fonte: Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Apresentacao\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf)
- Luque DJ et al. (2006). Aspectos de intervención psicopedagógica en el alumnado universitario con discapacidad. Actas del I Congreso Internacional de Psicopedagogia. Melilla: Universidad de Granada.

Luque-Parra DJ et al. (2014). Adecuación del curriculum al alumnado universitario con discapacidad: un estudio de caso. *Revista Ibero-americana de Educación Superior*, 13: 101-116.

Rocha TB et al. (2009). A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: Dias F. *Educação Inclusiva: deficiência e contexto social*. Salvador: EDUFBA.

Unesco (1994). Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em: 20 de maio 2018.

Xiberras M (1993). *As teorias da exclusão*. Lisboa: Instituto Piaget.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

adaptação curricular, 4, 75, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 89, 90  
autismo, 25, 34, 36

### D

deficiência intelectual, 4, 77, 78, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89  
direito à educação, 24, 35, 78

### E

educação profissional, 4, 6, 8, 15, 16, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 37, 38, 50, 53, 61, 72, 85  
ensino, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91  
médio, 4, 8, 9, 18, 20, 21, 61, 62, 64, 87  
médio integrado, 29  
equidade educacional, 75, 77, 81, 82, 85, 89  
equilíbrio, 37, 38, 42, 43, 55, 56, 59  
estudo, 6, 8, 9, 10, 13, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 64, 67, 68, 69, 81, 83, 86, 87, 89  
Exame Nacional do Ensino Médio, 4, 16, 20

### I

inclusão, 3, 4, 16, 25, 35, 68, 69, 71, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91

integração, 4, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 82

### L

língua inglesa, 4, 25, 26, 31, 36, 63, 64, 68, 69, 70

### O

orçamento, 7, 15, 52, 53, 55, 58

### P

políticas públicas nacionais, 16  
previdência social, 26, 37, 41, 43, 45, 50, 57  
profissional, 3, 4, 7, 8, 9, 12, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 41, 50, 61, 64, 75, 78, 83, 85, 89

### Q

qualidade da educação básica, 17

### R

rede federal, 14, 29, 35, 57, 61, 72  
redes de computadores, 63

### S

sustentabilidade, 37

### T

técnico, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 12, 15, 25, 26, 61, 64

## SOBRE AS ORGANIZADORAS

### Queila Pahim da Silva



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos

e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.

### Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos



Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico na área de Informação e Comunicação no IFB. Doutora em Ciência da Informação (UnB); Mestre em Engenharia Mecânica (UFPE); Especialista em Informática Educacional (Fafire), Design Instrucional para EaD Virtual (Unifei) e Artes Visuais: Cultura e Criação (Senac/DF). Graduada em Engenharia Elétrica (UPE) e em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de sistema (IFPE). Atua como orientadora de trabalho de conclusão de curso em nível de graduação e pós-graduação e pesquisa de iniciação científica. Membro de Grupos de Pesquisa Institucionais do IFB: Avaliação das Políticas Públicas em Educação, Diversidade e Inclusão, e Ensino de Libras - Língua

Brasileira de Sinais do IFB.



ISBN 978-658831956-7



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)